

4ª - 14/02/02

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-  
NOVO REALIZADA NO DIA CATORZE DE  
FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOIS.**

Aos catorze dias do mês de Fevereiro de dois mil e dois, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara, João António Abrantes Caldeira, João Miguel Amaro Marques, Helena Maria Freire Paixão, Agostinho Petronilho Simão, Leonardo Manuel Valido Maia e Jorge Manuel Barata de Queiroz Soares, Vereadores, comigo Maria Luísa da Silva Martins, Assistente Administrativa Especialista.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

**Aprovação da Ordem de Trabalhos**

O executivo aprovou por unanimidade a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

**A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS**

**2. OBRAS E SANEAMENTO**

**A) INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE DO MÊS DE JANEIRO/2002**

**3. SÓCIO – CULTURAL**

**A) INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE**

**B) ADESÃO AO PROGRAMA DE DIFUSÃO DAS ARTES E ESPECTÁCULOS**

**4. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**

**A) ABERTURA DE CONCURSO PARA TERRADO PARA PISTA DE AUTOMÓVEIS ELÉCTRICOS PARA ADULTOS A INSTALAR NA FEIRA DA LUZ – 2002 A 2005**

**B) RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO NO CONCELHO DO PLANO DISTRITAL DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.**

**5. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

**A) ZONA INDUSTRIAL DA ADUA**

**6. ATENDIMENTO DE MUNÍCIPES**

**Período Antes da Ordem do Dia**

**Aprovação da acta número dois, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia dezasseis de Janeiro de dois mil e dois**

Tendo o texto da acta em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três. A referida acta foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo nonagésimo segundo, da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

### **Tolerância de Ponto Dia de Carnaval**

Foi o senhor Vereador Maia que em primeiro lugar usou da palavra para se reportar a uma conversa que teve lugar na anterior reunião de Câmara e que se prendia com a 3ª Feira de Carnaval. De facto, acrescentou que o dia de Carnaval não é feriado tanto assim é que o Governo resolveu conceder tolerância de ponto.

Ao que o senhor Presidente respondeu que tinha em mente que o dia acima referido seria feriado.

### **Reuniões de Câmara – Chefe de Divisão**

Continuando no uso da palavra o senhor Vereador Maia afirmou ser seu entendimento que sempre que a Câmara necessitar de esclarecimentos complementares e referente às matérias das várias Divisões, deveriam ser os Chefes de Divisão a deslocarem-se à reunião de Câmara para prestarem esses esclarecimentos.

Disse ainda que nas actas respectivas deverá constar os nomes desses dirigentes sempre que houver deslocação à reunião de Câmara.

Interveio o senhor Vereador Queiroz afirmando que comunga da opinião dos seus colegas Vereadores e que sendo a reunião de Câmara de maior importância para o concelho a sua dignidade deve ter uma correspondência com a presença dos dirigentes de serviços nomeadamente dos Chefes de Divisão quando se tratar de matérias das áreas à sua responsabilidade. A delegação de representação é não só técnica mas hierárquica. Compreender-se-á em situações em que não existem Chefes de Divisão nomeados, disse a concluir.

Foi agora a senhora Vereadora Helena Paixão que usou da palavra para dizer que nesta questão o critério não é a hierarquia mas sim a eficácia da informação prestada. Neste âmbito, o Chefe de Divisão é quem define qual o técnico que está em melhores condições para prestar os devidos esclarecimentos, sendo esse que se faz presente à reunião de Câmara.

Respondeu o senhor Presidente tendo dito que não acha obrigatoriamente necessário a deslocação do Chefe de Divisão à referida reunião, atendendo a que as suas funções são de coordenação dos serviços e pode indicar outros funcionários com funções directas nos assuntos em discussão. Desde que o técnico possa esclarecer os assuntos não vê necessidade da deslocação do Chefe de Divisão mas se alguma vez para algum assunto específico se entender a necessidade da presença do Chefe de Divisão ele estará presente. Por outro lado, existem serviços que não têm Chefes, pois a lei não o permite. Cabe também aos eleitos com pelouros indicar em cada matéria quem apresentará cada assunto à Câmara. Trata-se portanto de uma questão de operacionalidade.

### **Tráfego pesado dentro da cidade**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador Maia disse conhecer uma empresa de camionagem sediada em Montemor que atravessa diariamente a avenida, mostrando-se preocupado com a circulação automóvel em especial de tráfego pesado que atravessa a cidade. Solicitou pois informação se por parte da Câmara existem algumas soluções alternativas para esta situação no sentido da população não ser penalizada à noite e mesmo durante o dia com a passagem dos camiões.

Interveio agora o senhor Presidente para dizer que a Câmara está atenta a esta situação e que conhece o caso concreto da empresa referida. O que se passa na realidade é o facto da entrada para o recinto da Firma ser bastante “apertado”, dificultando muito as manobras de carros pesados. Acrescentou depois que já foram encetados contactos com a empresa e com o proprietário do terreno adjacente para eventual alargamento da estrada.

O senhor Vereador Maia perguntou depois se não seria possível estabelecer uma outra entrada.

Ao que o senhor Presidente respondeu que será complicado devido ao declive do terreno. A solução seria fazer alargar a zona da entrada actual possibilitando que os carros pesados passassem a usar um outro acesso a partir da EN2 na direcção do Ciborro.

Também o senhor Vereador João Caldeira se pronunciou sobre o assunto tendo dito que esta é uma preocupação de há muito tempo, com a agravante das recentes obras do cruzamento junto daquela zona. Disse depois que a Câmara Municipal tem mantido contactos com um dos proprietários dos terrenos envolventes, o senhor Feliciano Cornacho que autorizou o alargamento da estrada no seu terreno, para permitir o acesso de camiões de pequeno porte.

O senhor Vereador Maia alvitrou a possibilidade da alternativa do trânsito se fazer a partir da estrada de Lavre.

O senhor Presidente explicou que a alternativa ao trânsito dentro da cidade é a construção da variante a Montemor. Em relação ao acesso pela estrada de Lavre a alternativa não é viável atendendo a que tem um estrangulamento forte que impede a passagem das viaturas de grande porte.

### **Actas das reuniões de Câmara – gravação**

Foi o senhor Vereador Agostinho Simão que agora interveio para dizer que fazendo analogia com as actas das reuniões da Assembleia Municipal, também as actas das reuniões da Câmara Municipal deveriam ser gravadas.

Agora interveio o senhor Presidente para dizer que a experiência que tem é contrária. Os secretários dizem que não é vantajoso. Por outro lado a riqueza das actas perde-se pela tendência de fazer quase minutas das actas. A transcrição da gravação é mais morosa. Por outro lado existe um outro problema adicional que se prende com os problemas técnicos, que por vezes acontecem e, pelos quais, se perdem os registos da quase totalidade ou partes significativas das actas.

Informou de seguida que a Câmara tentou testar um sistema que permitia transformar a voz em escrita, porém esse sistema é precoce e não tem eficácia, no entanto a Câmara está a acompanhar a evolução desde processo.

### **Estrada Baldios – Cabrela**

De novo no uso da palavra o senhor Vereador Agostinho Simão solicitou informação sobre a intenção da Câmara em relação à estrada Baldios Cabrela, se prevê o seu alcatroamento, acrescentou que já ocorreram vários acidentes, alguns deles mortais, tornando esta estrada bastante perigosa.

Respondeu o senhor Presidente para dizer que esta não tem sido uma estrada prioritária pelo valor muito elevado do seu alcatroamento, cerca de 250 milhões de escudos. A Câmara tem entendido dar prioridade a outras estradas e caminhos rurais. Para minimizar o problema da referida estrada a Câmara tem feito a manutenção possível e tem vindo a considerar a colocação de outro tipo de pavimento. De momento não se equaciona o alcatroamento daquela via sendo a prioridade para a estrada Silveiras - Cabrela.

Interveio agora o senhor Vereador Maia para dizer que o projecto desta via deveria prever o seu alcatroamento, quer em termos de segurança, quer em termos de desenvolvimento para os próprios Baldios. A concluir disse que aquela estrada é um perigo permanente.

O senhor Vereador Agostinho Simão diz discordar que esta via não seja considerada prioritária, atendendo a que é uma estrada alternativa para deslocação a Cabrela e Baldios. Reafirmou que a estrada está muito perigosa, e que num determinado local daquela via existe uma zona com gravilha onde os automóveis perdem a aderência e o nível de sinistralidade é já elevado. Comunga da opinião do senhor Vereador Maia em que aquela estrada deveria ser alcatroada mesmo que fosse por fases.

Foi o senhor Vereador Queiroz que agora interveio tendo dito que a segurança dos cidadãos é mais importante que os custos de obras. Se a estrada não tem segurança deve ser encerrada tendo em conta os acidentes mortais já lá ocorridos.

Tomou depois a palavra o senhor Vereador Caldeira para esclarecer que esta estrada foi construída como uma estratégia para desenvolvimento da agricultura, num primeiro projecto esta via estava programada para cinco metros de largura posteriormente foi alargada para 8 metros, neste momento já tem uma boa base de tout-vennant, e todos os anos a Câmara a tem conservado. No entanto acrescentou depois que a Câmara Municipal tem que fazer opções, e neste âmbito foi considerada prioritária a estrada Silveiras – Cabrela.

A terminar a sua intervenção disse que o problema que aqui se verifica é comum a outras estradas, e consiste no excesso de velocidade.

Falou depois o senhor Presidente reafirmando que a prioridade é a estrada Silveiras – Cabrela. No entanto aquando da discussão das opções do plano haverá possibilidade de abordar este assunto. As questões de segurança devem ser asseguradas, mas acrescenta que os acidentes de viação que têm ocorrido naquela estrada se prendem com excesso de velocidade. De imediato, a alternativa para aquela via é conservá-la o melhor possível.

Concluiu dizendo que o projecto está concluído. aguardando financiamento.

## **Apresentação de requerimento**

Sob esta epígrafe o senhor Vereador Jorge Queiroz afirmou que apresentou na última reunião de Câmara um requerimento no qual solicitava informações sobre critérios, regulamentos, montantes atribuídos em 2001 como subsídios ordinários e extraordinários e outros às instituições do concelho sem fins lucrativos. A resposta recebida foi insuficiente remetendo para a pesquisa e leitura de documentos, o que não é correcto pois um Vereador eleito tem direito a ser correcta e objectivamente informado, o que não foi o caso.

O pedido de informação não tem apenas a ver com o mandado anterior mas fundamentalmente com a prática da gestão dos recursos colectivos, bem como com a transparência da sua regulamentação. Existem estudos sociológicos sobre o Poder Local que indicam ser esta uma das áreas críticas onde aparecem os fenómenos do caciquismo e do clientelismo. A ausência de regulamentação permite a discricionariedade e o favoritismo.

Respondeu o senhor Presidente para dizer que considera ter respondido adequadamente ao requerimento do senhor Vereador Queiroz. Disse de seguida que a transparência e clareza são fundamentais e têm sido prática dos anteriores executivos, como tal todos os subsídios atribuídas são aprovados em reunião de Câmara.

Acrescentou que neste momento estão em fase de preparação as Opções do Plano para 2002 e, como tal, todas as propostas podem ser consideradas. No que diz respeito ao critério de atribuição de subsídios todas as entidades têm sido tratadas de igual forma, nada tendo que ver com a proximidade política, como se pode provar.

O senhor Vereador Jorge Queiroz afirmou em seguida que ainda pelo facto de exercer a sua profissão longe de Montemor-o-Novo e não ser eleito a tempo inteiro não tem disponibilidade de andar a pesquisar informação. Não é um funcionário mas um eleito com mandato dos eleitores para estar informado sobre tudo o que disser respeito à vida da população de Montemor-o-Novo, onde se inclui obviamente as regras de apoio da autarquia à sociedade civil.

Foi o senhor Presidente que agora falou tendo dito que são utilizados os meios possíveis para a distribuição de documentação. Quaisquer documentos suplementares que estejam disponíveis ou sejam públicos deverão ser solicitados aos respectivos apoios administrativos que, para tal existem.

O senhor Vereador Maia invocou a sua experiência em reuniões salientando que para as mesmas eram convocados os Chefes de Divisão, sendo que estes face á especificidade dos assuntos pode fazer-se acompanhar por técnico ou técnicos do seu sector.

De novo interveio o senhor Vereador Queiroz reafirmando que o requerimento deveria ter sido respondido objectivamente.

Respondeu depois o senhor Presidente para dizer que não aceita que a questão seja colocada desta maneira pois reafirma considerar que respondeu de forma integral e adequada ao solicitado. Se for entendimento do senhor Vereador Queiroz que o Presidente da Câmara não respeitou a lei pode usar os instrumentos legais à sua disposição.

Disse depois o senhor Vereador Queiroz que não tentou impor nada ao Presidente da Câmara, apenas apresentou um requerimento que não foi respondido satisfatoriamente, como tal pede informação de qual a forma de obter as informações pretendidas.

A concluir o senhor Presidente disse que a questão já foi respondida.

## **1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**

### **A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, VISTORIAS E REQUERIMENTOS**

De: CAMINHOS DO FUTURO – COOPERATIVA DE COMERCIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS DE MONTEMOR-O-NOVO, C.R.L., requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de alpendre a erigir junto ao Lagar sito ao Rossio, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: LUIS FERNANDO BARAHONA MIRA DA SILVA requerendo aprovação do projecto de especialic

prédio sito na Herdade do Casão, freguesia de Escoural, tendo como técnico responsável Rui Manuel Charneca Germano Condeço, número 242.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: ANTÓNIO OLÍMPIO SOBRAL CONTADOR, requerendo aprovação do projecto de estabilidade e licenciamento da obra de alteração e ampliação de moradia sita na Rua Joaquim Carvalho Luís, lote 7, freguesia de Escoural, tendo como técnico responsável Vítor Manuel Pereira Marques.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o termo de responsabilidade do técnico

De: GABRIEL JOAQUIM FÉLIX LOURENÇO, requerendo informação prévia sobre construção de moradia a erigir na Courela da Caneira, freguesia de Lavre.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: PEDRO MIGUEL MESTRINHO DOS SANTOS, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e licenciamento da obra de construção de moradia a erigir no Loteamento Municipal do Cíborro, lote 11, freguesia de Cíborro, tendo a responsabilidade técnica da Divisão de Administração Urbanística.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: SÓALDEIAS – ARQUITECTURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, requerendo informação prévia sobre construção de habitação no prédio rústico denominado Fazenda de Baixo, freguesia de Escoural.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: ALFREDO JOSÉ, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de moradia e muro de vedação a erigir na Rua Caminhos do Futuro, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: GERTRUDES MARIA BORGES SAMPAIO E REBELO, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de construção de moradia a erigir na Courela da Horta, freguesia de Escoural, tendo como técnico responsável João Luís Mesquita Barbas.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o termo de responsabilidade dos técnicos

De: ELIANA ANDREIA PIRES BARRENHO, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e licenciamento da obra de construção de moradia e anexo a erigir no Loteamento Municipal de Silveiras, lote 20, freguesia de Silveiras, tendo a responsabilidade da Divisão de Administração Urbanística.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: LUSOMAD – MADEIRAS E DERIVADOS, LDA., requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e licenciamento da obra de construção de uma unidade industrial/carpintaria (1.ª fase) a erigir na Zona Industrial da Adua, lote LI 16, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Tem parecer da D.A.U.

(Ratificação ao despacho da Vereadora Helena Paixão de 4/02/2002).

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

De: FELICIANO JOSÉ VERMELHO NETO, requerendo aprovação do projecto de legalização de cozinha regional e anexos sítos na propriedade denominada Artozinha – Courela das Figueiras, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer do serviços da D.A.U.

De: ARNALDO JOÃO MARTINS VALE DE GATO, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e licenciamento da alteração/ampliação efectuada no decorrer da obra de construção de um armazém agrícola sítio na propriedade denominada Tapada, freguesia de Lavre, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer do serviços da D.A.U.

De: TECFAL – COMERCIALIZAÇÃO E MONTAGEM DE TECTOS FALSOS, LDA., requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de pavilhão industrial a erigir na Zona Industrial da Adua, lote LE 3, freguesia de Nossa Senhora da Vila tendo como técnico responsável Paulo Jorge da Silva Pisco.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer do serviços da D.A.U.

### **Requerimentos Diversos**

De: ALFREDO JOSÉ, requerendo emissão de certidão de destaque de parcela de terreno sita na Rua Caminhos do Futuro, freguesia de Foros de Vale de Figueira.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: QUATTOR – SOCIEDADE DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, requerendo aprovação da primeira alteração ao alvará de loteamento n.º 22/97, referente à fase A + B do Loteamento da Quinta de D. Francisco, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Tem parecer da D.A.U.

A senhora Vereadora Helena Paixão interveio para informar que esta questão se refere a trocas de espaços/áreas, entre o plano de pormenor e projecto de arquitectura, anteriormente aprovados pela Autarquia e o domínio público, em resultado do pedido de alteração da arquitectura, formulado pelo Promotor do empreendimento.

Informou ainda que embora sob o ponto de vista técnico nada haja a opor e, por isso, se proponha o deferimento do requerimento, este deferimento estará sempre condicionado à aprovação da Assembleia Municipal, cuja decisão, sobre matérias relacionadas com o domínio público, se sobrepõe à da Câmara Municipal.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade deferir o requerimento, mantendo a efectividade do mesmo condicionada à aprovação da Assembleia Municipal.

De: JOÃO PEDRO DE PORTUGAL DE CAMPOS HENRIQUES, requerendo emissão de alvará de utilização para o prédio sítio no Moinho do Álamo, freguesia de Cabrela.

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

## **2. OBRAS E SANEAMENTO**

### **A) INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE DO MÊS DE JANEIRO/2002**

Foi o senhor Vereador João Caldeira que usou da palavra para apresentar a informação da actividade da Divisão de Obras e Saneamento, documento este que foi rubricado por todos os membros do executivo e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

## **3. SÓCIC**

Created by Neevia Document Converter trial version <http://www.neevia.com>

#### **A) INFORMAÇÃO DA ACTIVIDADE**

Interveio depois o senhor Vereador João Marques que usou da palavra para apresentar o Relatório de Actividades da Divisão Sócio-Cultural, documento este que foi rubricado por todos os membros do executivo e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

#### **B) ADESÃO AO PROGRAMA DE DIFUSÃO DAS ARTES E ESPECTÁCULOS**

Foi o senhor Vereador João Marques que interveio para dizer que este programa foi iniciado no ano transacto em colaboração com o IPAE. Foi a Técnica desta autarquia - Anabela Ferreira que fez a explanação do seguinte documento:

*“Propõe-se a aderência desta autarquia ao programa nacional Difusão das Artes do Espectáculo.*

*Na competência do IPAE – Instituto Português das Artes e do Espectáculo, relativamente à descentralização e difusão das artes, este programa, para 2002, desenvolver-se-á em duas linhas de programação conjunta com as Câmaras Municipais através das modalidades de participação denominados Núcleos de Programação e Itinerários Culturais.*

*A participação neste Programa da Difusão das Artes do Espectáculo poderá assegurar às Câmaras Municipais reduções até 50% dos cachets unitários dos espectáculos programados com o IPAE, podendo essa redução resultar de comparticipações financeiras ou da negociação de algumas séries de espectáculos.*

*Algumas áreas de investimento serão integradas neste Programa, designadamente o desenvolvimento de públicos, estudo e investigação, a formação, os ateliers, as residências artísticas e os espectáculos.*

*Este Programa estruturado a partir de um sistema de parcerias entre o IPAE e as Câmaras Municipais, com a definição programática, modelo de funcionamento, e repartição de responsabilidades, está incluído no Dossier de Candidatura, que se encontra disponível para consulta, na Divisão Sócio Cultural.”*

Sobre o assunto exposto interveio o senhor Vereador Queiroz para manifestar o seu acordo com a adesão da Câmara a este programa, diz que em seu entender esta adesão deverá ser bastante útil para as autarquias, com este programa, o qual permite a apresentação de projectos artísticos com comparticipação financeira de 50% por parte do Ministério da Cultura, também uma alargada possibilidade de escolhas de qualidade

**Deliberação:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aderir ao Programa Difusão das Artes do espectáculo.

#### **4. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**

##### **A) ABERTURA DE CONCURSO PARA TERRADO PARA PISTA DE AUTOMÓVEIS ELÉCTRICOS PARA ADULTOS A INSTALAR NA FEIRA DA LUZ – 2002 A 2005**

Foi a senhora Vereadora Helena Paixão que agora falou para apresentar o seguinte documento:

*“Propõe-se as seguintes regras de concurso para adjudicação de terrado para instalação de uma Pista de Automóveis Eléctricos para adultos nas Feiras da Luz de 2002, 2003, 2004 e 2005:*

*1. As propostas, em envelope fechado e lacrado com indicação expressa do fim a que se destinam, devem ser enviadas pelo correio para a Câmara Municipal ou entregues directamente no apoio administrativo da D.A.S.U., até às 17.30 horas do dia 15 de Março de 2002. Além do preço, a proposta deverá mencionar as dimensões do divertimento, a potência necessária ao seu funcionamento, a sua designação comercial e o nome, morada e telefone do principal responsável.*

*2. A base de licitação é de 7 500 Euros (sete mil e quinhentos euros).*

*3. A abertura das propostas realizar-se-á às 10 horas do dia 20 de Março de 2002 no Salão Nobre dos Paços do Concelho.*

*4. A proposta de adjudicação será presente à reunião de Câmara de 27 de Março de 2002.*

*5. O vencedor do concurso deverá confirmar o seu interesse até ao dia 19 de Abril, sinalizando com 50% do montante global proposto, liquidando os restantes 50% antes da montagem do divertimento na Feira da Luz de 2002.*

*6. Ao vencedor do concurso será também permitido a montagem do divertimento nas Feiras de Maio.*

*7. A Câmara Municipal reserva-se o direito de, em cada feira, indicar o local para a montagem da pista.*

*8. O som a utilizar nos divertimentos só será permitido em tom moderado. reservando-se a Câmara o direito de*

Deliberação: A Câmara Municipal aprovou por unanimidade as regras para adjudicação de terrado para pista de automóveis eléctricos para adultos a instalar na Feira da Luz dos anos 2002, 2003, 2004 e 2005, conforme documento transcrito.

## **B) RELATÓRIO DE IMPLEMENTAÇÃO NO CONCELHO DO PLANO DISTRITAL DE RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS**

Sob esta epígrafe interveio a senhora Vereadora Helena Paixão para apresentar, a título informativo, o documento supra citado, documento este que foi assinado por todos os membros do Executivo presentes e nos termos da lei, aqui se dá por integralmente transcrito.

Sobre este tema foi o senhor Vereador Maia que em primeiro lugar se pronunciou para dizer que a política seguida é correcta mas não suficiente. Referiu-se depois a algumas situações colocadas pela senhora Vereadora Helena Paixão, tal como a criação de uma incineradora para animais de grande porte, alertando também para a necessidade da Câmara tomar precauções relativamente ao tempo que tem em sua posse os animais para posterior abate.

A Vereadora Helena Paixão respondeu que não se trata de uma incineradora e não se destina a animais de grande porte mas aos gatídeos e canídeos vadios e apenas a esses, cujo destino, nos termos da lei, é da responsabilidade da Autarquia resolver. Trata-se tão somente de um forno crematório, a integrar no canil municipal, cuja construção já foi adjudicada. Referiu ainda que o tempo que a câmara tem, à sua guarda, os referidos animais, está definido na legislação aplicável e é integralmente cumprido.

Falou agora o senhor Vereador Agostinho Simão para sugerir que se avance com uma campanha de opinião pública, atendendo a que tanto se fala das questões relacionadas com o ambiente.

Disse que em seu entender esta é a oportunidade para disciplinar as pessoas sobre este assunto. Relativamente aos cadáveres de animais de grande porte, referiu que são os produtores que deverão encontrar formas de solucionar os seus problemas se bem que a Câmara poderia disponibilizar as máquinas para enterrar os animais e posteriormente os proprietários pagariam o trabalho efectuado.

Interveio agora o senhor Vereador Queiroz tendo dito que só no decorrer desta reunião é que teve acesso ao documento, porém ouviu com atenção a sua explanação. Em seguida afirmou que as questões ambientais são complexas e as opiniões políticas e científicas têm vindo a sofrer alterações ao longo dos anos.

Disse depois que numa primeira abordagem que fez ao documento o considerou excessivamente político, com alguns conteúdos desnecessários, nomeadamente a referência ao "...ainda actual Ministro do Ambiente...". Concluiu, dizendo que o documento apresenta termos de panfleto político num relatório pretensamente técnico.

Falou agora o senhor Presidente para dizer que, numa primeira abordagem, entendeu a expressão referida, como meramente factual, uma vez que o actual Ministro do Ambiente, faz parte de um Governo que, na verdade, se encontra demissionário. Referiu também que, de facto, existia um calendário de implementação do Plano de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos que foi acelerado e, embora reconhecendo algumas vantagens, pois o lixo está a ser transportado para o aterro sanitário de Évora, refere também que esse processo levantou grandes problemas, uma vez que aquele aterro está a funcionar sem todas as condições para o fazer, nomeadamente ao nível das instalações mínimas para funcionários.

Elogiou o relatório e considerou-o como um documento que procura as soluções necessárias pois, embora perante a lei a situação seja de fácil resolução, na prática isso não se verifica, pelo que considerou da máxima importância que o Plano Distrital seja correctamente posto em prática o mais rápido possível, manifestando por parte da Câmara a maior disponibilidade para colaborar na procura de soluções.

Interveio depois a senhora Vereadora Helena Paixão acentuando que este documento não tem qualquer pretensão técnica, sendo tão somente, a informação sobre as medidas que foram de imediato implementadas pela Câmara, face ao encerramento da lixeira municipal, e sobre aquelas outras que ainda serão postas em prática, face a eventuais incumprimentos da lei.

O senhor Vereador Maia interveio para afirmar que acompanhou atentamente a exposição oral do documento não tendo oportunidade de reparar na forma como o texto foi elaborado.

De facto a expressão "o ainda actual Ministro..." é acintosa e intencional e esquecendo-se a senhora Vereadora que politicamente tudo é temporal todavia não se terão referido nem a ela nem ao senhor Presidente como o ainda Presidente e a ainda Vereadora.

Estas picardias em nada ajudam a resolução de problemas. dado que todos aqui estão exclusivamente para trabalhar



trilhar tais caminhos, quanto mais que no caso vertente lhe parece que o documento é equilibrado, elogiando assim a sua elaboração.

Também o senhor Vereador João Caldeira se pronunciou sobre o assunto, dizendo que existem documentos em que a carga política é necessária pois, como é o caso, referem-se a acções políticas. Em relação ao documento em apreço a preocupação que lhe assiste é colocá-lo em prática, salientando que é necessário sensibilizar as pessoas.

Depois no uso da palavra o senhor Vereador Queiroz disse que uma informação pode ser técnica e política ou ambas em simultâneo, dependendo da intencionalidade do texto.

Acrescentou que o que deve nortear a Câmara são as soluções. Disse que existem esforços significativos por parte do Governo e das Autarquias no sentido de resolver os problemas ambientais do nosso país.

Falou agora o senhor Presidente para reafirmar que em seu entender a frase é puramente factual, referindo que as parcerias entre o Governo e as Autarquias são imprescindíveis para resolver os problemas ambientais e que, sem essas e sem grande firmeza, não é possível resolver algumas situações relacionadas com o ambiente

## **5. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

### **A) ZONA INDUSTRIAL DA ADUA**

Foi o senhor Presidente que agora interveio para apresentar os seguintes documentos relacionados com a Zona Industrial da Adua:

O lote LI 30 (5000m<sup>2</sup>) da Zona Industrial da Adua está reservado em nome da empresa Transportes Silva e Comendinha Lda desde o dia 4 de Julho de 2001, tendo expirado o prazo de reserva. O promotor do projecto não manifestou interesse na aquisição do lote, nem efectuou qualquer desenvolvimento no referente ao processo de instalação da empresa.

Face ao exposto, propõe-se que o lote acima referido fique disponível para os novos interessados.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com 5 votos a favor e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Jorge Queiroz, que o lote LI 30 fique disponível.

O lote LI 01 (2500m<sup>2</sup>) da Zona Industrial da Adua está reservado em nome da empresa FerroMontemor, LDA desde o dia 06 de Junho de 2001, tendo expirado o prazo de reserva. O promotor do projecto não manifestou interesse na aquisição do lote, nem efectuou qualquer desenvolvimento no referente ao processo de instalação da empresa.

Face ao exposto, propõe-se que o lote acima referido fique disponível para novos interessados.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com 5 votos a favor e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Jorge Queiroz, que o lote LI 01 fique disponível.

O lote LI 04 (2500m<sup>2</sup>) da Zona Industrial da Adua está reservado em nome da Cercimor desde 1995. Nessa altura a Cercimor apresentou à Câmara um projecto que consistia na instalação de uma unidade industrial com o objectivo de integrar formandos que não tinham possibilidade de integração no mercado de trabalho. Dado o âmbito social desse projecto, a autarquia concedeu a reserva do referido lote. Todavia, ao longo dos tempos, a Cercimor teve sempre dificuldades na implementação do projecto e a Câmara foi continuando a manter o lote reservado. Contudo já decorreram sete anos e apesar da Autarquia ter sempre mostrado disponibilidade para, dentro das suas possibilidades, apoiar aquela instituição na implementação do referido projecto, este ainda não foi iniciado. A procura de lotes de pequena e média dimensão tem aumentado e, existindo a possibilidade de instalação de outras empresas, propõe-se que o lote LI 4 reservado à Cercimor seja considerado disponível para novos interessados.

Sobre o assunto em epígrafe interveio o senhor Presidente para dizer que a Câmara Municipal tem apoiado o máximo possível as empresas que manifestam a vontade de se instalar na Zona Industrial da Adúa (apoio técnico, reserva de lotes etc.), infelizmente apesar da ajuda prestada, algumas empresas não concretizaram o investimento. É pois necessário equacionar este problema no sentido de dar prioridade às empresas que garantirem uma implementação mais rápida. Nesse sentido, foi dada informação aos serviços, para elaborar um levantamento das empresas que já esgotaram o limite temporal de reserva dos lotes (mesmo, como em alguns casos. os prazos já terem sido prorrogados). por estarem a inviabilizar a possibilidade de instalação de outras

Usou de seguida da palavra o senhor Vereador Maia para perguntar se a reserva destes lotes tem impedido a instalação de outras empresas. O caso da Cercimor é, para si, preocupante devido ao cariz social do trabalho desenvolvido por aquela instituição, devendo a mesma, poder pronunciar-se sobre a disponibilização do referido lote. Propôs então que o lote seja libertado, com a garantia por parte da Câmara, de que disponibilizará, logo que a Cercimor esteja em condições de implementar o projecto, um outro espaço para o efeito, a título gratuito.

Respondeu o senhor Presidente, referindo que a questão da Cercimor se vem arrastando há sete anos, e que, neste momento, não se pode manter a referida reserva, indefinidamente e sem quaisquer perspectivas. Disse ainda que à cerca de dois anos ainda existiam lotes disponíveis mas que, a partir daí os lotes de menor dimensão (como é o caso) foram ocupados, sendo também sobre esses que, actualmente, incide a maior procura. Neste âmbito e em reunião com aquela Instituição, foi acordado libertar o lote e logo que haja perspectiva de implementar o projecto, a Câmara disponibilizará outro terreno, pois considera de todo o interesse que o mesmo seja implementado e, para tal, garante todo o apoio sendo que, por isso, o lote será cedido praticamente a título gratuito. Por parte da Direcção da Cercimor também há todo o interesse no projecto, porém não tem disponibilidade financeira para o levar a efeito.

O senhor Vereador Maia disse de seguida que a Câmara deverá assumir o compromisso em assegurar o lote quando a Cercimor necessitar.

Interveio depois o senhor Vereador Agostinho Simão para perguntar se, quando houver necessidade do lote por parte da Cercimor, existirá ainda algum disponível, se entretanto outras empresas se forem instalando na Zona Industrial.

Respondeu o senhor Presidente dizendo que está em estudo a ampliação da Zona Industrial da Adua, pelo que essa situação provavelmente não se colocará e que, não tem sido por indisponibilidade da Câmara que os projectos da Cercimor não tem sido concretizados.

Foi depois o senhor Vereador Queiroz que interveio para afirmar que a estratégia seguida pela autarquia para a Zona Industrial da Adua nunca foi pacífica, se a compararmos com os concelhos limítrofes, caso de Vendas Novas, Évora, Arraiolos etc, que entregaram a gestão das áreas industriais a empresas municipais, questão que nunca foi equacionada por esta Câmara Municipal. Disse de seguida crer que a Zona Industrial da Adua ainda dispõe de muitos lotes. Perguntou qual o modelo de gestão previsto para o futuro próximo, porque o sistema não tem funcionado correctamente.

Interveio agora o senhor Presidente para dizer que o desejo da Câmara é que Montemor evolua o mais possível, sendo nessa linha que tem desenvolvido esforços significativos, porém o desejo é uma coisa e a realidade é outra. Neste Concelho, a diversificação da base económica tem vindo a efectuar-se muito lentamente e o modelo de gestão que Vendas Novas assumiu não é imediatamente transponível para Montemor. Vendas Novas e Évora partiram de bases completamente diferentes da de Montemor, relativamente à estrutura das zonas industriais próprias. Para a Zona Industrial da Adua é necessário encontrar o melhor modelo de gestão, que passe por uma solução de administração directa, mista ou outra, mas que tenha eficácia e uma hipótese que se pode considerar é a constituição de um Conselho de Gestão. A Câmara Municipal não está fechada a qualquer tipo de alterações. Este é um assunto que mereceria aprofundar ideias, contrastar opiniões, eventuais medidas ou soluções. A situação doutros concelhos tem sido acompanhada como o caso de Évora, Vendas Novas, Castelo Branco etc, no sentido da recolha de informações e experiências.

Referiu ainda que a Câmara Municipal tem realizado um trabalho importante, ainda que não isento de algumas deficiências, na captação de empresas e não se dispõe de informação sobre alguma empresa que tenha manifestado interesse em instalar-se em Montemor e posteriormente se tenha vindo a deslocar para outro concelho. Para a Zona Industrial da Adua, seria importante a implantação de empresas ancora e embora, no Concelho, existe uma empresa deste tipo já instalada, essa preferiu localizar-se nas Cortiçadas de Lavre. Contudo, já outras três empresas com estas características se mostraram interessadas em aqui se instalar e se essa situação se vier a concretizar será um salto significativo para a Zona Industrial da Adua.

A concluir disse que o regulamento da Zona Industrial da Adua será alvo de discussão próxima e que devemos continuar procurar atrair empresas âncora.

A terminar o senhor Presidente disse que foi elaborado um estudo global para a ZIA que já tem alguns anos e que haverá que actualizar no âmbito dos estudos da Carta Estratégica. Foi implementada também sinalética na Estrada Nacional e que veio posteriormente a ser retirada por imposição da ex Junta Autónoma de Estradas. Foram levadas a efeito várias campanhas de promoção da ZIA e do concelho onde houve oportunidade

Continuou no uso da palavra para dizer a Câmara não definiu um perfil de empresas porém equacionou algumas características nomeadamente ao nível da poluição.

Nos últimos anos a Câmara tem apontado para tentar instalar um centro de reciclagem que não tem poluição significativa, esta deveria ser mesmo uma aposta forte por parte da autarquia.

Terminou dizendo que deverá haver diversificação de empresas no entanto com a situação que actualmente existe não dispomos de capacidade de escolha.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com 5 votos a favor e duas abstenções por parte dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Jorge Queiroz, que o lote LI 4 seja considerado disponível.

## **6. ATENDIMENTO DE MUNÍCIPES**

A este ponto da Ordem de Trabalhos não compareceram quaisquer munícipes.

### **Aprovação da acta em minuta**

E não havendo mais assunto a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo esta acta sido previamente aprovado em minuta, ao abrigo do nº 3 do artigo nonagésimo segundo do Decreto-Lei nº 169/99 de 18 de Setembro.

E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Administrativo principal, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

A ASSISTENTE ADMINISTRATIVA PRINCIPAL,